



COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA-UCP

RELATÓRIO GERAL DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Ref.: ANO DE 2.013

I – INSTITUIÇÃO

O presente relatório, relativo ao ano de 2.013, é referente às ações da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Católica de Petrópolis (UCP) – código 15, IES privada confessional.

A partir do ano de 2013, a composição da CPA passou a ser como detalhado no Quadro 1, abaixo, em decorrência de as representantes discentes terem concluído os respectivos cursos e a representante da sociedade civil, Profa. Noelma Simões da Costa, haver solicitado seu desligamento da Comissão, depois de 8 (oito) anos de grandes contribuições ao trabalho de avaliação desenvolvido pela CPA-UCP.

Quadro 1
Composição da CPA-UCP

Nome	Segmento que representa
Rosane de Oliveira Barbosa – Presidente	Docente
Giovane Quadrelli	Docente
Leandro Antonio Rodrigues	Coordenadores dos cursos de graduação
Maria Alice Quintella Pires	Funcionários técnicoadministrativos
Antonio Carlos Barile	Funcionários técnicoadministrativos
Monsenhor José Maria Pereira	Entidade Mantenedora
Sumara Gannam Brito	Sociedade Civil
Camila do Canto Tatagiba	Discente (graduação)
Cintia Chung Marques Correa	Discente (pós-graduação <i>stricto sensu</i>)

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A CPA, como sempre, estabeleceu seu Plano de Atuação para o ano de 2013. No entanto, a realidade se sobrepôs ao planejado e foi necessário incluir, ao longo do ano, a avaliação de alguns cursos que entraram no calendário de avaliação externa para fins de reconhecimento. Isto demandou ajustes no planejamento inicial. Os relatórios abaixo listados representam os projetos/ações concluídos no período (Cf. Quadro 2) e o Quadro 3, abaixo, reproduz as conclusões e recomendações dos projetos de avaliação desenvolvidos e finalizados no ano de 2013.

É necessário esclarecer que as avaliações da infraestrutura da Universidade e do curso de Direito foram realizadas no ano de 2012. Integram, todavia, este relatório tendo em vista que os respectivos relatórios foram finalizados em janeiro do ano de 2013. Também é necessário esclarecer que a avaliação dos cursos de Biomedicina e de Bacharelado em Filosofia aconteceu em 2013, sendo seus relatórios concluídos em janeiro e fevereiro do corrente ano.

Quadro 2
Listagem dos relatórios da CPA-UCP referentes a projetos/ações avaliativos
concluídos ao longo do ano de 2013

2.010	
Relatório	Data
1. Avaliação da Infraestrutura da Universidade	Janeiro/17
2. Avaliação do Curso de Direito	Janeiro/31
3. Avaliação de Acompanhamento da Execução do PDI 2011-2015	Março/13
4. Relatório Geral do Ciclo Avaliativo 2010-2012	Março/14
5. Avaliação do Curso de Engenharia Mecatrônica	Junho/27
6. Avaliação do Curso de Relações Internacionais	Agosto/20
7. Avaliação de Disciplinas por Professores e Alunos – 2013/1	Setembro/23
8. Avaliação do Curso de Engenharia de Petróleo	Outubro/2
9. Avaliação de Disciplinas Oferecidas na Modalidade EAD – 2013/1	Dezembro/9
10. Avaliação do Curso de Biomedicina	Janeiro/16-2014
11. Avaliação do Curso de Bacharelado em Filosofia	Fevereiro/7-2014

III – DESENVOLVIMENTO

Quadro 3

Conclusões e recomendações apresentadas pela CPA-UCP nos relatórios dos projetos/ações avaliativos concluídos no ano de 2.013

RELATÓRIOS 2.010		
Relatório	Conclusões	Recomendações
<p>1. Avaliação da Infraestrutura da Universidade</p>	<p>As observações <i>in loco</i> realizadas, os levantamentos feitos com a cooperação dos administradores dos <i>campi</i> e a entrevista realizada com o Pró-Reitor Administrativo – Mário Guarnido Duarte, em novembro de 2012, com os objetivos de (i) verificar as instalações e (ii) levantar (ii') equipamentos existentes e (ii'') material de consumo necessários ao oferecimento dos cursos, como também (iii) confirmar ou não a (iii') execução de obras e (iii'') aquisições necessárias à oferta do curso e atendimento às necessidades dos alunos, permitem-nos concluir que as unidades oferecem boas condições para a oferta de todos os cursos atualmente oferecidos pela UCP.</p> <p>Destacamos, especialmente, as obras de reforma de espaços existentes nos <i>campi</i> BA, BC, CIDEPE e Monsenhor Bacelar, a ampliação e melhoria de instalações dos laboratórios existentes, a criação de novos laboratórios e do NID, a aquisição de novos equipamentos de informática para os setores administrativos e acadêmicos, inclusive para os laboratórios e as Bibliotecas Central e Auxiliar, a troca de servidores por outros mais potentes, a contratação de internet mais potente e rápida para todos os <i>campi</i>, a construção de rampas de acesso para portadores de necessidades especiais no BA e no BC, a aquisição de elevador para o <i>campus</i> BA, o que possibilitará, quando instalado, o acesso, sem dificuldades, aos portadores de necessidades especiais às várias dependências do <i>campus</i>.</p> <p>Também destacamos, repetindo o relatório de 2011, a parceria com a Petrobrás, que possibilitará a transferência de um laboratório de ponta, que já funciona nas dependências do <i>campus</i> BA, para o patrimônio da UCP.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. providenciar o fechamento do buraco, na sala do Diretor do CEC, resultante do conserto na rede elétrica, que deixou à mostra um conduit (já recomendado em 2011); 2. concluir a obra de reparos na sala de apoio do Auditório II (já recomendado em 2011); 3. consertar o telhado do prédio principal do <i>campus</i> BA para eliminar o vazamento de água de chuva no teto da sala do CRAV, que fica no 2º andar, recomendação feita em setembro de 2011, não atendida, o que resultou em aumento da infiltração; 4. encaminhar para a Biblioteca da instituição a cópia do Projeto Final de Curso “Sistema Gerencial THIAMO”, de 1997, que se encontra na sala do CRAV localizada no 2º andar do prédio principal (já recomendado em 2011); 5. verificar a quem pertence os livros que se encontram os “guardados” na sala do CRAV localizada no 2º andar do prédio principal do <i>campus</i> BA e dar destinação adequada aos mesmos (o verdadeiro proprietário, a Biblioteca da UCP e/ou bibliotecas escolares do município), tendo em vista que a guarda de tais livros nesse local elimina espaço do CRAV (já recomendado em 2011); 6. agilizar a instalação do elevador (já adquirido) no <i>campus</i> BA, de modo a atender a uma determinação legal e, também, por ser direito individual dos portadores de necessidades especiais a acessibilidade aos espaços do <i>campus</i>; <p>concluir, efetivamente, antes do início das aulas do semestre 2013/I, a reforma das salas, incluindo o telhado, do <i>campus</i> BC.</p>

2. Avaliação do Curso de Direito

O trabalho desenvolvido pelo CCJ, embora respeitando a limitação orçamentária, não redundou em prejuízo na qualidade do curso, em função da responsabilidade, qualificação e competência acadêmica dos atores principais – o corpo docente – como também na competência e empenho da direção e da coordenação do curso de Direito. Todavia é preciso ressaltar que o levantamento de dados realizado pela CPA, para esta avaliação, levou o Coordenador a aperceber-se da necessidade de reanálise do PPC, tendo em vista que o instrumento tem por base demandas de natureza econômica e de natureza social e políticas institucionais muito presentes no PDI 2006-2010, época em que foi elaborado o PPC atualmente vigente. Vigem, na instituição, o PDI 2011-2015, que retoma as demandas e políticas anteriormente consideradas, mas exclui algumas e incorpora outras.

Deve-se destacar positivamente a integração das atividades de graduação com a pós-graduação, a implantação e adequação das linhas de pesquisa e a ampliação das atividades de iniciação científicas. Políticas facilitadas pela instituição do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito – Mestrado, como também a consolidação do atendimento às demandas da comunidade, especialmente pelo trabalho do NPJ.

Ressaltamos aqui e confirmamos o afirmado pelo Coordenador de que há demandas e políticas que dependem de decisão e investimentos da Universidade, porém, no que depende do CCJ, ações estão sendo desenvolvidas, como a valorização da produção acadêmica dos alunos, publicando na revista *Miscelâneas Jurídicas* as melhores monografias produzidas.

Já o estímulo à valorização da produção acadêmica dos docentes é ação que depende da Universidade.

A delimitação do número de vagas por disciplinas e práticas foi por nós avaliada como Excelente (conceito E), embora, na avaliação do Coordenador, 60 alunos para a maioria das disciplinas e 6 alunos por professor para a orientação de monografia tenham recebido conceito Muito Bom (MB). Em relação ao quantitativo de 60 alunos por turma nas disciplinas obrigatórias e eletivas a avaliação da CPA corresponde à do CONAC do curso de Direito (Cf. Quadro 1 deste relatório).

Em relação aos objetivos do curso, concluímos que há perfeita coerência com o perfil do profissional que o curso de Direito pretende formar e efetivamente forma, sem perder de vista, muito ao contrário, enfatizando princípios da instituição, uma universidade católica.

- o Coordenador do curso, juntamente com o corpo docente, revise o PPC, de modo a ajustá-lo às políticas institucionais estabelecidas no PDI 2011-2015 (necessidade que o próprio Coordenador do curso detectou em decorrência deste processo avaliativo);
- os professores do curso revejam as bibliografias básica e complementar das disciplinas do currículo, não só adequando-as aos quantitativos atuais recomendados, como também eliminando as repetições constantes existentes nos dois conjuntos de obras;
- seja mantida a delimitação de número de alunos, atualmente vigente, por disciplinas/turmas e por práticas;
- o Coordenador do curso e os professores, em trabalho conjunto, analisem os resultados das avaliações que a CPA venha a realizar, a partir do presente relatório;
- a Administração Superior desenvolva projeto de estímulo à produção acadêmica docente.

	<p>A estrutura curricular atende a todos os requisitos legais, inclusive a organização em eixos, que antecedeu até à determinação do MEC, pois que, em 1999, o curso de Direito da UCP acolheu a proposta da consultora Professora Loussia Felix que, em 2000, passou a integrar a Comissão de Consultoria <i>ad hoc</i> do MEC para apresentar proposta de diretrizes curriculares para a curso de Direito.</p> <p>Flexibilidade, interdisciplinaridade e integração entre teoria e prática são alcançadas pela maneira de organização do currículo e sua concretização através das atividades docentes/discentes que, perseguindo os objetivos traçados no PPC, contribuem decisivamente para a formação de egressos com o perfil profissional desenhado, no que é também decorrente da metodologia recomendada para o tratamento das ações docentes/discentes.</p> <p>A estrutura curricular prevê uma carga horária compatível com o exigido pela legislação.</p> <p>As atividades obrigatórias de estágio curricular supervisionado, atividades complementares e TCC são realizadas de acordo com as normas legais e a regulamentação da Universidade, assim como os procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.</p> <p>Em relação às ações decorrentes dos processos de avaliação do curso, gostaríamos de destacar que o Coordenador do curso informou que <i>Os resultados dessas avaliações frequentemente são objeto de debates no âmbito dos colegiados do centro de Ciências Jurídicas. Podemos citar como exemplo os resultados das provas da OAB e ENADE (...)</i>. Não podemos deixar de registrar que a CPA considera, no mínimo, estranho que não tenha havido qualquer ação decorrente das avaliações da CPA, ao longo de todos esses anos de atuação em que realizou Avaliações de Docentes – autoavaliações, avaliações pelos alunos, avaliações pelos Coordenadores –, Avaliações de Currículos, Avaliações de Disciplinas, além de outras que poderiam ser analisadas pelo CCJ/Curso de Direito para orientar/reorientar algumas decisões/ações. O que nos resta concluir é que as avaliações realizadas pela CPA não foram consideradas pelo CCJ/curso de Direito como instrumento possível de contribuir para aprimoramento da qualidade do curso.</p> <p>A bibliografia recomendada, tanto a básica, quanto a complementar necessita de revisão, seja porque muitas obras relacionadas não existem no acervo da instituição, seja porque várias obras da bibliografia básica se repetem na bibliografia</p>	
--	---	--

	<p>complementar, seja porque muitas disciplinas apresentam quantidade de obras na bibliografia básica inferior ao mínimo recomendado atualmente.</p> <p>O curso de Direito é presencial, portanto as categorias e os indicadores próprios à modalidade EAD estabelecidos pelo Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação em Direito (presencial e a distância), do MEC/INEP/DAES/Sinaes, de mai/2011 não precisavam ser avaliados. Todavia, como o curso de Direito tem algumas de suas disciplinas oferecidas nesta modalidade, pareceu-nos prudente levantar informações sobre eles, que são os seguintes: (1) atividades de tutoria, (2) tecnologias de informação e comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem, (3) material didático institucional e (4) mecanismos de interação entre professores, tutores e estudantes, objetivando verificar se tais disciplinas são oferecidas como algo distanciado do curso ou se, efetivamente, integram o curso presencial em desenvolvimento. A conclusão extraída das informações prestadas é que as disciplinas oferecidas na modalidade EAD são acompanhadas tanto pela coordenação do curso, quanto pelo NEAD.</p> <p>Em relação ao corpo docente do curso de Direito não é possível outra conclusão que não ser ele composto por professores altamente capacitados, com variada e longa experiência nas profissões próprias do Direito, tendo, muitos deles, além da experiência em docência no magistério superior, experiências em gestão administrativa e acadêmica, coordenação, pesquisa e avaliação institucional. O grupo de professores que compõe o corpo docente do curso é altamente produtivo academicamente, em sua maioria, inclusive com um terço apresentando mais de 12 (doze) produções nos últimos três anos.</p> <p>O NDE e o CONAC são compostos e estruturados e estão funcionando em conformidade com a legislação e as normas e regulamentos institucionais.</p> <p>A conclusão final é que o curso de Direito é muito bem estruturado, embora necessite de revisão no PPC e, por via de consequência, nos programas das disciplinas, de modo a ser atualizado em função do PDI atualmente vigindo (2011-2015) e de ajustes nas bibliografias de todas as disciplinas.</p>	
<p>3. Avaliação de Acompanhamento da Execução do PDI 2011-2015</p>	<p>Para registro neste relatório, consideraremos dois grandes núcleos de ação: o acadêmico e o administrativo.</p> <p>Em ambos os núcleos o resultado se apresentou favorável, ou seja, a maioria das ações previstas para o ano de 2012 foi realizada, sejam ações acadêmicas, sejam ações</p>	<p>É necessário que, em 2013, alguns Planos de Ação, previstos para 2012, sejam concluídos, especialmente os seguintes: atualizar o Plano Pedagógico Institucional; incrementar a oferta de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>; aprimorar a infraestrutura física e de pessoal do NEAD; refazer o Plano de</p>

	<p>administrativas.</p> <p>Na área acadêmica, destacamos: implantação dos Mestrados em Direito e Psicologia e do doutorado em Educação; integração da UCP com o Colégio de aplicação (especialmente com o uso dos laboratórios da Universidade e dos programas de iniciação científica de alunos do Ensino Médio); consolidação de algumas parcerias para aumentar a produtividade da pesquisa; fomentar a metodologia de estudos de casos (CCJ); as publicações de Centros Acadêmicos e ou de cursos (Revista de Engenharia da Universidade Católica de Petrópolis, Revista Lex Humana [do Mestrado em Direito], Revista Synesis [do CTH], Revista Trevo [do Mestrado em Educação]; coleta, recuperação, organização e exposição de documentos, textos objetos e idéias da história e da memória da UCP pelo NUHMI.</p> <p>Na área administrativa, destacamos: reconstrução do site institucional; ampliação da prestação de serviços através da Fundação DOM CINTRA, ampliação e melhorias em alguns laboratórios e construção de novos laboratórios para os cursos do CEC e do CCS, além dos laboratórios de informática; complementação da reforma do telhado do BC; urbanização da entrada em torno dos Mestrados, NPJ e Núcleo de Direitos Humanos (no BC); recuperação do cabeamento, ativos de rede, servidores e estações de trabalho do CPD; reformar os banheiros (BA); implantação de novos vestiários e refeitório (BA); reforma da infraestrutura de TI dos laboratórios de informática e da área administrativa; aumento da conexão de internet; melhoria do acesso à internet.</p>	<p>Cargos e Salários; institucionalizar o fundo de apoio à aquisição de livros para a Biblioteca; criar programa de aferição de produção de professores 40 horas; elaborar manual de procedimentos; melhorar a articulação entre os setores da Instituição.</p>
--	--	---

4. Relatório Geral do Ciclo Avaliativo 2010-2012

A CPA-UCP trabalha com base no plano de ação que elabora para cada ano. Todavia, nem sempre pode cumpri-lo integralmente ou, por outras vezes, necessita incorporar procedimentos avaliativos não previstos no início do ano.

Há uma meta da Comissão que ainda não foi possível cumprir: realizar avaliação de disciplinas a cada semestre letivo. Conseguimos realizá-la uma vez a cada ano, por circunstâncias, via-de-regra, relacionadas ao sistema de informática, que, segundo nos foi informado, estará apto a nos atender plenamente a partir deste ano de 2.013.

No período deste ciclo avaliativo, o ano de 2.011 foi particularmente difícil: os trabalhos ficaram concentrados no segundo semestre do ano, em virtude de sério problema de saúde que afastou a presidente da Comissão de suas funções por quase cinco meses.

Também nesse mesmo ano (2.011), com a publicação dos novos Instrumentos de Avaliação dos Cursos de Graduação pelo MEC/INEP/DAES/SINAES, a Comissão considerou necessário e importante avaliar todos os cursos sob a ótica dos novos parâmetros, o que se tornou a prioridade avaliativa no ano e meio restante do ciclo avaliativo.

Um dos principais resultados alcançados, neste segundo ciclo avaliativo, foi a constatação de que uma série de questões problemáticas levantadas anteriormente pela CPA, relativas à infraestrutura, foram resolvidas e/ou começaram a ser atendidas pela Administração Superior, destacando-se o sistema de informática, a troca dos servidores, a ampliação da capacidade da internet, instalação de conexão *wireless*, atualização e ampliação dos equipamentos de informática da Biblioteca, a construção de novos laboratórios e a ampliação e atualização dos existentes, o contrato de compra de elevador para resolver a questão da acessibilidade de portadores de dificuldade de locomoção no *campus* Barão do Amazonas (BA).

Destaca-se, também, a avaliação do quadro docente, composto por profissionais capacitados e competentes, com pouquíssimos professores que não prosseguiram em seus estudos de capacitação em nível de *stricto sensu*.

Embora todos os cursos apresentem estruturas curriculares que cumprem as orientações e determinações legais e atendem aos princípios institucionais, destacamos a organização integrada dos currículos dos cursos do CTH, que confere uma visão de unicidade aos currículos dos cursos do Centro, o que resulta em prática inter e transdisciplinar, além de concorrer para

Algumas questões ainda precisam ser melhor resolvidas para que possamos afirmar que a autoavaliação institucional da UCP apresenta 100% de efetividade. Dentre elas, neste segundo ciclo, destacamos:

- fluxo de informações pelos setores de Universidade, embora tenha apresentado alguma melhora, ainda é problemático;
- inexistência de política de pessoal;
- regulamentação de procedimentos e definição clara do fluxo dos processos;
- embora a Biblioteca da Universidade tenha um grande acervo de obras clássicas e atuais, esta ainda é uma das fragilidades, especificamente em relação à quantidade de volumes de determinadas obras;
- a resistência de alguns poucos coordenadores de cursos em contribuir efetivamente com a autoavaliação institucional;
- a recusa de órgãos do setor administrativo em participar da autoavaliação institucional.

	<p>racionalização dos custos.</p> <p>Também neste segundo ciclo avaliativo, destacamos as principais potencialidades da Instituição e da CPA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • parceria da Universidade, via Centro de Engenharia e Computação (CEC), com a Petrobrás, que possibilitará ampliação do quantitativo de projetos específicos do setor; • ampliação da pesquisa com os Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> – Mestrados em Educação, Direito e Psicologia e Doutorado em Educação – e com os projetos do NID – Núcleo de Inovação e Desenvolvimento; • a possibilidade efetiva de utilização plena do novo sistema de informática nos projetos de avaliação da CPA. <p>Os resultados, apresentados à Reitoria, são analisados e, muitos deles, incorporados às ações da instituição, especialmente os relativos às questões acadêmicas, que são atendidos de forma mais rápida. Algumas recomendações da CPA relativas ao campo administrativo quase sempre não são de imediato atendidas pela Universidade. Todavia, neste período 2.010-2.012, várias recomendações presentes nos relatórios da CPA ao longo do primeiro ciclo-avaliativo, foram atendidas pela Pró-Reitoria Administrativa. O nosso parecer sobre a questão é que a Pró-Reitoria Administrativa concordou, sempre, com as recomendações da CPA, porém só poderia transformá-las em ação quando a questão orçamentária o permitisse. É necessário registrar, destacando, que a Universidade Católica de Petrópolis sempre respeitou a autonomia da CPA e sempre considerou suas colocações pertinentes, adequadas. Tanto que em reuniões para discutir e/ou apresentar questões e problemas da Instituição e suas possíveis soluções, inclusive no processo de elaboração do PDI, a CPA é convidada a participar para colocar para os demais participantes os resultados de seus estudos sobre as questões em discussão, assim como as recomendações que já apresentou sobre o objeto de análise.</p>	
<p>5. Avaliação do Curso de Engenharia Mecatrônica</p>	<p>A reestruturação por que passou, em 2012, o curso de Engenharia Mecatrônica, após a autoavaliação institucional dos cursos do CEC, realizada no segundo semestre de 2011, atende às determinações legais de ensino, reforça os princípios e a filosofia da Universidade Católica da UCP, aprimorando a formação do egresso.</p> <p>O Coordenador do curso, além da formação e experiência acadêmica e profissional, vem atuando de forma competente, compromissada e ética na condução das ações</p>	<p>Sem recomendações.</p>

	<p>próprias de sua função.</p> <p>O corpo docente (100,0%) é altamente qualificado, experiente no magistério superior e tem larga experiência no campo das profissões correlatas à formação dos alunos. 96,88% têm de 3 (três) a mais de 30 (trinta) anos de experiência docente. Em virtude de condições muito específicas, como a necessidade de serem necessários docentes especializados em determinadas disciplinas, não chega o curso ao parâmetro máximo estabelecido pelo MEC/INEP/DAES/SINAES de 80% de professores com tempo parcial ou integral. Os docentes TI e TP são da ordem de 62,5% do quadro total do curso de Engenharia Mecatrônica.</p> <p>A produção científica, cultural, esportiva ou tecnológica do corpo docente não atinge os limites máximos estabelecidos nos critérios de avaliação do MEC/INEP/DAES/SINAES. Todavia, mesmo não havendo programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i>, que apenas agora se inicia no CEC, grande parte dos docentes tem produção acadêmica registrada na Plataforma Lattes.</p>	
<p>6. Avaliação do Curso de Relações Internacionais</p>	<p>... o planejamento do curso está muito bom, considerando-se que atende ao perfil do profissional de RI, que contempla disciplinas que formam o leque transdisciplinar próprio aos conhecimentos da profissão, inclusive com oferta variada de disciplinas eletivas.</p> <p>Como já afirmado acima, consideramos que a diferença a menor de 80 (oitenta) horas entre a carga horária do curso e a carga orientadora constante dos Referenciais Curriculares para os cursos de Bacharelados e Licenciaturas, que não traz prejuízo ao curso e, conseqüentemente à formação dos alunos.</p> <p>A UCP estabelece linha metodológica dos cursos, em seus PPCs e não seria, como de fato não é diferente no PPC de RI. É uma linha metodológica absolutamente coerente com a filosofia da uma universidade católica, coerente com os princípios orientadores e norteadores da Instituição e que garante a autonomia acadêmica de todos os docentes.</p> <p>A Coordenadora do curso, tem formação e experiência acadêmica e profissional, porém não em Relações Internacionais, mas sim em Economia. Todavia é uma profissional altamente competente e compromissada que vem atuando de forma séria e ética na condução das ações próprias de sua função, promovendo melhorias e ajustes no curso, quando necessários.</p> <p>O corpo docente é qualificado, experiente no magistério superior e tem experiência nos vários campos de atuação de profissões que compõem o diversificado perfil do profissional de</p>	<p>... <u>recomendamos</u> que a Universidade analise a possibilidade de alterar a carga horária do curso, elevando-a até 2.700 (duas mil e setecentas) horas como consta na orientação dos Referenciais Curriculares, quando julgar, com base em avaliação do NDE e do CONAC, que há necessidade de aumentar as horas de estudo formal.</p> <p>Recomendamos que a Instituição reveja, com o objetivo de ampliar, o número de docentes de Tempo Integral e de Tempo Parcial no curso. Recomendamos, ainda, que seja ampliado o número de docentes especializados em Relações Internacionais.</p>

	<p>RI.. Em virtude de condições muito específicas, como a necessidade de docentes especializados em determinadas disciplinas, não chega o curso ao parâmetro máximo estabelecido pelo MEC/INEP/DAES/SINAES de 80% de professores com tempo parcial ou integral.</p> <p>A produção científica, cultural, esportiva ou tecnológica do corpo docente não atinge os limites máximos estabelecidos nos critérios de avaliação do MEC/INEP/DAES/SINAES. Todavia, mesmo não havendo programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> no CCSA, grande parte dos docentes tem produção acadêmica registrada e apresentada em congressos.</p>	
<p>7. Avaliação de Disciplinas por Professores e Alunos – 2013/1</p>	<p>Tomando-se por base os dados gerais (...) a conclusão é que professores e alunos avaliam o desenvolvimento das disciplinas do primeiro semestre de 2013, de modo geral, como Bom e Muito Bom.</p> <p>(...) constata-se: (i) categoria “ação docente” (Gráfico 12): maior distanciamento entre os resultados é no indicador (i.a) <i>relacionamento com os alunos</i> – enquanto estes avaliam como BOM, os professores avaliam como MUITO BOM – e (1.b) <i>nível de exigência em relação aos estudos dos alunos</i> – onde o resultado se inverte: embora ambos os grupos de sujeitos da pesquisa avaliem o indicador como MUITO BOM, os professores têm seu resultado situado no limite inferior do conceito; (ii) categoria “planejamento e organização das aulas” (Gráfico 13): (ii.a) o único indicador com média equivalente ao conceito BOM, segundo os professores, é <i>carga horária estabelecida para a disciplina</i>, que os alunos, na média, avaliam como MUITO BOM e (ii.b) os demais indicadores são avaliados, na média, por professores e alunos, com o conceito MUITO BOM; (iii) categoria “comprometimento do professor com a UCP” (Gráfico 14): os professores se avaliam como pontuais e assíduos, enquanto que os alunos, que também avaliam indicadores <i>pontualidade e assiduidade do professor na disciplina avaliada</i> com valores que resultaram também em médias gerais situadas no intervalo escalar correspondente ao conceito MUITO BOM, verifica-se que as duas médias se apresentam bem inferiores aos resultados da avaliação que os professores fizeram de suas próprias pontualidade e assiduidade.</p> <p>A conclusão geral é que tanto professores quanto alunos consideram que o desenvolvimento das disciplinas, em todos os cursos oferecidos, é BOM e MUITO BOM, ou seja, foram todos os indicadores avaliados nos dois níveis superiores da escala avaliativa da CPA.</p>	<p><u>recomendamos</u> que a administração acadêmica e as coordenações dos cursos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. analisem os resultados de todos os indicadores avaliados por professores e alunos e, especialmente, as observações dos professores e alunos em resposta à questão do instrumento (resposta livre), transcritas <i>ipsis litteris</i> neste relatório (a dos professores); 2. analisem as respostas dos alunos à questão de resposta livre, a ser encaminhada a eles, após a aprovação deste relatório pela Plenária da CPA; 3. adotem soluções para reduzir o quantitativo de alunos por turma, em todas aquelas disciplinas/turmas que ultrapassem o pedagogicamente aceitável para o bom aproveitamento dos alunos, tendo em vista as colocações dos sujeitos desta avaliação nas questões abertas e, especialmente, objetivando manter o padrão histórico da UCP – a qualidade acadêmica; 4. identifiquem, junto aos CAs, as causas determinantes de imp pontualidade e de baixa assiduidade de alguns professores, de forma a corrigir causas e solucionar os problemas. <p>A CPA assume, aqui, a responsabilidade de, em conjunto com a Gerência de Informática, encontrar a solução para a aplicação diversificada de instrumentos em uma mesma avaliação, de forma que, em respeitando as características muito específicas de algumas disciplinas, possa avaliá-las plena e adequadamente.</p>

Todavia, há que se tomar em separado alguns dados para melhor visão da avaliação, pelo corpo docente, dos dezesseis indicadores:

- a) professores do CCJ, do CCS, do CCSA e do CEC avaliam a carga horária estabelecida para as disciplinas como REGULAR;
- b) professores do CCSA e do CEC avaliam também como REGULAR o nível de exigência que eles mesmos têm em relação aos estudos dos alunos;
- c) ainda sobre o nível de exigência em relação aos estudos dos alunos, professores do CCJ e do CCS avaliam como MUITO BOM, todavia deve-se ressaltar que as médias, nos dois CAs estão situadas no limite inferior do intervalo escalar para tal conceito;
- d) no limite inferior do intervalo escalar para o conceito MUITO BOM estão os resultados para a atualidade das bibliografias dos cursos, tanto para os docentes do CCS, quanto do CCSA;
- e) os indicadores não citados acima apresentam resultados compatíveis com o limite superior do intervalo escalar relativo ao conceito MUITO BOM; apenas no CTH, repetimos, é que todos os indicadores foram avaliados com notas que chegaram a médias situadas no limite superior do intervalo escalar relativo ao conceito MUITO BOM.

A avaliação feita pelos alunos apresentou, em todos os cinco CAs e em quase todos os indicadores, um resultado, em médias gerais, situado no intervalo escalar correspondente ao conceito MUITO BOM, o que representa 91,25% das respostas dos alunos. Apenas dois indicadores apresentaram média geral correspondente ao conceito BOM: (i) *relacionamento do professor com os alunos* (q5), em quatro CAs – CCJ, CCS, CCSA e CEC; (ii) *assiduidade do professor* (q15), em três CAs – CCJ, CCSA e CEC.

Embora em termos gerais este tenha sido um resultado altamente positivo da avaliação realizada pelos professores e pelos alunos, é importante que diretores dos CAs, coordenadores de cursos, Reitoria (especialmente a Pró-Reitoria Acadêmica) analisem os comentários contidos na questão de resposta aberta contida nos instrumentos avaliativos. Os comentários postados por professores estão, todos, transcritos neste relatório, os registrados por alunos serão encaminhados, na íntegra e sem identificação do aluno avaliador, aos detentores das funções

	<p>enumeradas neste parágrafo, pois que acrescentam à análise do desenvolvimento das disciplinas informações relevantes para a melhoria do processo acadêmico. É imprescindível, todavia, que aqui fique registrado que os comentários dos alunos estão distribuídos equilibradamente entre elogios e críticas. Os elogios foram, principalmente, relativos à competência de docentes (conhecimento sobre as temáticas da disciplina e do campo de trabalho); as críticas, por sua vez, à forma de relacionamento com os alunos e aos procedimentos e critérios de avaliação. Vários alunos apresentaram sugestões, concentradas em horários de algumas disciplinas e carga horária de outras.</p> <p>Em relação a algumas colocações dos professores, na questão de resposta livre, repetimos, (...) questionamentos feitos no item I do relatório:</p> <ul style="list-style-type: none">a) estão os professores afastados das discussões sobre problemas e soluções para os cursos em que lecionam e/ou aguardando decisões superiores?b) algumas das questões levantadas não poderiam ser discutidas pelo NDE, pelo CONAC ou pelos coordenadores de cada CA, em conjunto?c) os professores não têm o hábito de consultar o Virtual Professor e o Virtual Aluno para verificar o que lá foi postado?d) têm os docentes informações sobre o programa de aquisição de obras das bibliografias das disciplinas, que é executado em parceria com a Fundação Dom Cíntra?e) é o corpo docente orientado a apresentar à coordenação do curso, ao final de cada semestre letivo, as necessidades de aquisição de livros e outros materiais? <p>Outras questões são apontadas por alunos e dizem respeito, principalmente, à carga horária de algumas disciplinas, consideradas como insuficientes, ao número de alunos em algumas turmas, especialmente de Inglês, Linguagem e Redação, práticas de laboratórios,</p> <p>Também registradas no item I deste relatório, as críticas ao instrumento utilizado pela CPA, nesta avaliação, para as disciplinas de Estágio Supervisionado (no CEC) e de Prática Jurídica e Assistência Judiciária (no CCJ), que consideramos altamente relevantes, serão fundamentais para subsidiar argumentos para a aplicação de instrumentos diversificados, pelo sistema de informática, em uma mesma avaliação.</p>	
--	---	--

<p>8. Avaliação do Curso de Engenharia de Petróleo</p>	<p>A reestruturação por que passou, em 2012, o curso de Engenharia de Petróleo, após a autoavaliação institucional dos cursos do CEC, realizada no segundo semestre de 2011, atende às determinações legais de ensino, reforça os princípios e a filosofia da Universidade Católica da UCP, aprimorando a formação do egresso.</p> <p>O Coordenador do curso, além da formação e experiência acadêmica e profissional, vem atuando de forma competente, compromissada e ética na condução das ações próprias de sua função.</p> <p>O corpo docente (100,0%) é altamente qualificado, experiente no magistério superior e tem larga experiência no campo das profissões correlatas à formação dos alunos. 87,88% têm de 3 (três) a mais de 30 (trinta) anos de experiência docente. Em virtude de condições muito específicas, como a necessidade de serem necessários docentes especializados em determinadas disciplinas, não chega o curso ao parâmetro máximo estabelecido pelo MEC/INEP/DAES/SINAES de 80% de professores com tempo parcial ou integral. Os docentes TI e TP são da ordem de 69,70% do quadro total do curso de Engenharia de Petróleo. Consideramos necessário acrescentar que a CPA havia feito todo o estudo com base no corpo docente inicial do curso. Todavia, como cresceu sobremaneira o número de docentes de Engenharia de Petróleo, a Pró-Reitoria Acadêmica solicitou revisão à CPA, uma vez que os dados não correspondiam mais ao que estava registrado. Após aprovação dos membros da CPA, em reunião plenária extraordinária convocada especificamente para esta finalidade, os dados relativos ao corpo docente foram atualizados e reanalisados, integrando o presente relatório.</p> <p>A produção científica, cultural, esportiva ou tecnológica do corpo docente não atinge os limites máximos estabelecidos nos critérios de avaliação do MEC/INEP/DAES/SINAES. Todavia, mesmo não havendo programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i>, que apenas agora se inicia no CEC, grande parte dos docentes tem produção acadêmica registrada na Plataforma Lattes.</p>	<p>Sem recomendações.</p>
<p>9. Avaliação de Disciplinas Oferecidas na Modalidade EAD – 2013/1</p>	<p>Sendo absolutamente sinceros e realistas, só nos resta uma pergunta: analisar o que? Como já esclarecido no corpo do relatório, analisar dados que não chegam sequer a 3,50% dos alunos cursando disciplinas na modalidade EAD ou não chegam a 4,00% dos alunos inscritos que receberam o instrumento de avaliação a ser respondido.</p> <p>Tal análise poderá suscitar questionamentos de várias</p>	<p><u>recomendamos</u> que:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. a CPA, em trabalho conjunto com o NEAD, desenvolva outro instrumento de avaliação, com menor número de questões e opções de respostas, que possa ser aplicado com uso de tecnologia de informática, através do Virtual Aluno do sistema da Universidade; 2. a Coordenação do NEAD e o professor da disciplina

	<p>ordens, sendo o principal e que abarca todos demais apenas este: – Que significância estatística tais dados apresentam? Com uma resposta direta: – Nenhuma.</p> <p>Um outro questionamento: por que apenas três professores – um do curso de Direito, um do curso de Marketing e um do curso de Psicologia – avaliaram as disciplinas que ministram na modalidade EAD? Ou questionando de outra forma: o que determinou a não participação de professores?</p> <p>Não temos respostas. Apenas questões que parecem indicar a necessidade de uma investigação direta – entrevista – com professores que ignoraram a avaliação. E, aí, temos um outro problema: a infraestrutura de pessoal da CPA, que dificultaria o uso de tal procedimento de levantamento de informações.</p> <p>Problema que nos leva a outra questão a ser aqui colocada: o atraso na apresentação dos resultados dessa avaliação, que ora se conclui, em decorrência de questões operacionais da CPA, que não se referem apenas à inexistência de funcionário auxiliar, mas à necessidade de inserir avaliações outras, não programadas no Plano de Atuação 2013, em função de terem sido incluídas, ao longo do ano e por necessidade legal, avaliações de cursos não previstas no Plano.</p> <p>As demais observações, a título de análise, referem-se aos temas específicos de cada questão inserida no documento de levantamento de informações junto aos alunos:</p> <p>a) tempo previsto para as disciplinas – considerado adequado, para praticamente todas as disciplinas. Apenas na disciplina Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (PTCC) foi que 83,33% dos respondentes o consideraram insuficiente, o que é preocupante, até em razão de este não ser uma disciplina em que dois ou três alunos responderam o instrumento. Foram 12 (doze) alunos e 10 (dez) consideraram que o tempo não atendeu ao que eles necessitavam para produzir seu projeto de conclusão de curso. É necessária uma investigação dirigida a esta questão;</p> <p>b) interesse dos alunos pelas disciplinas – eram cinco opções de respostas e elas se concentram – 63,75% – nas que indicam algum grau de desinteresse: “diminuiu, flutuou, não houve”. É um índice bastante elevado. Em seus comentários, os respondentes citam claramente o excesso de material “para decorar” e, dentre outras questões, “falta de orientação sobre as atividades” e/ou “ausência de retorno dos professores” a questionamentos encaminhados;</p> <p>c) conceituação dos materiais das disciplinas – os indicadores</p>	<p>PTCC analisem o planejamento existente, objetivando melhor adequá-lo às necessidades de carga do conteúdo a ser trabalhado e/ou à proporção de tarefas a serem realizadas pelos alunos;</p> <p>3. a realização de dois cursos – de atualização metodológica e de métodos e procedimentos de avaliação – obrigatórios para todos os professores responsáveis por disciplinas ofertadas na modalidade EAD, curso esse realizado pelo NEAD;</p> <p>4. a UCP adquira materiais visuais e audiovisuais das disciplinas que são ofertadas na modalidade EAD para que possam ser utilizados como um outro recurso a ser oferecido aos alunos, além dos textos;</p> <p>5. O NEAD levante, junto aos professores, as razões determinantes de sua não participação no processo avaliativo das disciplinas.</p> <p>Adicionalmente, com a aprendizagem possibilitada pela leitura analítica e reflexão feita em cada um dos instrumentos lidos, sugerir, se nos permitirem, que no desenvolvimento de disciplinas na modalidade EAD explorem ao máximo a curiosidade dos alunos.</p>
--	---	---

	<p>eram os seguintes: dosagem adequada, articulação teoria/prática, profundidade do conteúdo, clareza de linguagem, orientação das atividades, utilização de recursos audiovisuais, atualização dos textos, estímulo à leitura, abordagem interdisciplinar e facilitação do estudo. Embora levando em conta que alguns cursos tiveram resposta de apenas 1 (um) aluno, o resultado de alguns indicadores chamam a atenção por apresentarem 50,0% ou mais de respostas situadas no conceito Regular. É o caso de “articulação teoria/prática”, “profundidade do conteúdo”, “utilização de recursos audiovisuais”, “estímulo à leitura”, “abordagem interdisciplinar” e “facilitação do estudo”; Tais resultados parecem reforçar nossa conclusão sobre a necessidade de atualização metodológica dos docentes das disciplinas em EAD. Por outro lado, também não se pode deixar de destacar que 10 disciplinas tiveram 50,0% ou mais dos indicadores avaliados situados em médias correspondentes aos conceitos “Muito Bom” e “Bom” – Comunicação Interpessoal, Didática, Fundamentos das Ciências Humanas e Sociais, Introdução à Filosofia – Profa. C, Organizações Sociais, Psicologia e Psicossomática, Relacionamento Interpessoal, Sociologia do Direito, Sociologia do Mercado e Técnicas de Pesquisa de Mercado;</p> <p>d) conceituação do desenvolvimento das disciplinas – os seguintes indicadores foram avaliados: orientação relativa à dinâmica das disciplinas, organização do conteúdo, desenvolvimento integrado dos tópicos, relevância das atividades, atividades ativas, dosagem das tarefas, nível de motivação das atividades, procedimentos de avaliação, critérios de avaliação, apoio no Moodle, apoio individual. As seguintes seguintes disciplinas foram avaliadas com conceitos Muito Bom e Bom na totalidade ou quase totalidade dos indicadores: Comunicação Interpessoal, Didática, Fundamentos das Ciências Humanas e Sociais, Introdução à Filosofia – Profa. L, Organizações Sociais, Psicologia e Psicossomática, PTTC, Relacionamento Interpessoal e Sociologia do Mercado. Considerando-se todos os indicadores e todas as disciplinas, pode-se dizer que 50,0% dos indicadores/cursos foram avaliados com conceitos MB e B e os outros 50,0% com conceitos Regular ou abaixo de Regular. Alunos registraram comentários negativos em relação a textos (longos e cansativos), falta de apoio em relação ao Moodle, cobraram “maiores estudos” e</p>	
--	--	--

	<p>os procedimentos de avaliação, que, cremos, deveriam ser mais relativos a critérios do que a procedimentos. É absolutamente necessário, consideramos, atualizar os professores relativamente a avaliação da aprendizagem (métodos – procedimentos – critérios etc.);</p> <p>e) conceituação da atuação dos professores – nesta categoria foram avaliados os seguintes indicadores: participação ativa nos Fóruns de Discussão, relacionamento com o grupo, orientação no desenvolvimento das tarefas, ênfase na relação teoria/prática, centralização no foco dos temas, esclarecimento de dúvidas, explicação sobre o conteúdo dos textos, comentários relevantes no retorno dado à participação dos alunos, pontualidade (no cumprimento das atividades, nas avaliações, na entrega das notas, etc.), assiduidade e acessos frequentes às disciplinas, atendimento e resposta pronta às dúvidas apresentadas pelos alunos. As seguintes disciplinas foram avaliadas com conceitos MB e B em 8 (oito) ou mais de oito indicadores: Ações Constitucionais, Comunicação Interpessoal, Didática, Fundamentos das Ciências Humanas e Sociais, Introdução à Filosofia – Profª. L, Introdução à Teologia I, Organizações Sociais, Psicologia e Psicossomática, Sociologia do Direito. O demais cursos/indicadores foram avaliados com conceitos Regular ou abaixo de Regular. Alguns elogios são registrados pelos alunos no item de resposta livre, da questão. A maioria, todavia, registra comentários que apontam problemas como fóruns desatualizados, falta de clareza nos comandos das tarefas, excesso de trabalhos,, inexistência de reuniões presenciais, avaliações marcadas para horários de aulas presenciais, necessidade de ir a colegas e/ou a outros professores em virtude de o professor da disciplina não retornar esclarecimentos sobre as questões/dúvidas apresentadas pelos alunos. Novamente, reforçamos, aqui, a necessidade de curso de atualização em metodologia e avaliação para os professores das disciplinas EAD;</p> <p>f) expectativa dos alunos em relação às disciplinas cursadas – pouquíssimos alunos avaliaram que as disciplinas que cursaram se mostraram abaixo do nível por eles esperado. Os esclarecimentos apresentados por eles são bons indicativos para melhoria do modo de apresentação das disciplinas/atividades e/ou da proposta de atividades: disciplinas que não exigiram “pensamento” (cremos que</p>	
--	---	--

	<p>pode-se traduzir por falta de desafio intelectual) e disciplinas sem “conteúdo importante”, constatação de falta de interesse do professor. Por outro lado, alunos se surpreenderam: cumpriam currículo obrigatório, apenas, mas encontraram grande ajuda na(s) matéria(s) cursada(s);</p> <p>g) nível de dificuldade em relação ao suporte Moodle – apenas dois alunos informaram que tiveram muita dificuldade. A maioria – 57 respondentes – não encontrou dificuldade. Todavia alguns alunos, pouquíssimos, apresentam indicativos de soluções para problemas encontrados por eles no suporte, como melhorar a explicação ao enviar os trabalhos ou ficar atento quando nenhum trabalho de alunos, sistematicamente, não são enviados. Ele pode estar com problemas de comunicação e encaminhamento e não sabe solucioná-los;</p> <p>h) intenção de cursar outra disciplina na modalidade EAD – 81,25% dos respondentes responde afirmativamente a esta questão, utilizando para explicar as razões da resposta os elementos constantes da questão 9, do instrumento;</p> <p>i) facilitação na organização do tempo do estudante – como acima relatado, 77,79% dos respondentes optou pelos indicadores “economia de tempo / deslocamento” e “autonomia na gestão do próprio tempo”;</p> <p>j) nas questões relativas à enumeração de pontos positivos e negativos e na que apresenta espaço aberto para colocação de quaisquer questões que não foram contemplados no instrumento de levantamento de dados, cujas respostas estão integralmente transcritas neste relatório, os respondentes, em sua maioria, repetem os comentários postados nas questões respondidas.</p> <p>Na verdade, o acima apresentado não é propriamente uma análise, uma vez que com a participação mínima que este processo teve é arriscado tirar conclusões profundas e abrangentes, com base na resposta de um ou dois alunos. O risco que se corre de distorcer a realidade é muito grande.</p> <p>A conclusão que se pode tirar é que, mesmo com participação tão ínfima, ainda assim vale a pena, pois que vários indicativos de possíveis problemas/soluções apareceram. Também despontaram indicativos de trabalhos em algumas disciplinas que podem servir de modelo, sugestão, exemplo para outras que apresentam alguns problemas.</p> <p>Outra conclusão é que há necessidade absoluta de outro modelo e sistema de avaliação a ser aplicado em EAD.</p>	
--	---	--

10. Avaliação do Curso de Biomedicina

consideramos que o número de vagas permite atendimento ao aluno com qualidade acadêmica, condição essencial a qualquer nível de ensino, mas fundamentalmente ao ensino superior, pela sua responsabilidade na formação de quadros para o desenvolvimento do país.

Consideramos também que o curso de Biomedicina cumpre sua função social de formação de quadros para a área de saúde – uma necessidade da comunidade local, da região e do país, permitindo ao corpo discente mais característico da UCP – o aluno trabalhador – as condições de progressão na escala social, através do trabalho em cargos e funções próprios a profissionais de nível superior e em decorrência exatamente das linhas de política institucional definidas pela Universidade e seguidas pelo curso, que proporcionam aos alunos ensino interdisciplinar e flexibilidade curricular, ampliando o campo de conhecimento do estudante ao mesmo tempo em que atende a necessidades específicas de seu viver.

No entanto, é preciso refletir-se, aqui, sobre a não implantação, no desenvolvimento do PPC, de uma das demandas sociais de natureza econômica – *desenvolvimento biotecnológico e inovação* – e de uma das políticas institucionais, relativa à pesquisa – *Estudos teóricos, pesquisas práticas e pesquisas empíricas (...) realizadas por professores e estudantes, constituindo experiências indispensáveis à formação e ao desenvolvimento científico e profissional*. A Coordenadora informa que não foi concretizada ao longo do desenvolvimento do curso. Essa demanda social de natureza econômica está diretamente ligada à política institucional sobre a pesquisa, também não colocada em execução. Esclarece a Coordenadora que o não cumprimento de normas e princípios do PPI se deve a uma questão de “horários” dos professores. Parece-nos mais ser uma questão de dosagem e distribuição de cargas horárias, que não deve ficar circunscrita à ministração de aulas (ver item 2.3, abaixo).

Consideramos, portanto, que (a) o número de vagas previsto para o curso atende à dimensão do corpo docente (18 professores) e às condições infraestruturais da UCP, especificamente as relativas ao *campus* BA, local de funcionamento do curso, levando-se em conta, aqui, que a matrícula é bem inferior ao máximo estabelecido, o que deve garantir excelência no ensino; (b) o curso funciona atendendo as reais demandas sociais efetivas, tanto as de natureza social,

recomendamos que:

- a. a Pró-Reitoria Acadêmica aumente a carga horária dos professores que tenham perfil de pesquisadores e capacitação para atividades de investigação científica, para que o curso possa desenvolver pesquisas, contribuindo efetivamente para o cumprimento de uma das finalidades da Universidade, que é, exatamente, a produção de conhecimento;
- b. a Coordenação do curso providencie a atualização da bibliografia (básica e complementar) nos registros oficiais da Instituição, tendo em vista que não foi possível à CPA o acesso às listagens referentes aos períodos acadêmicos do 6º ao 9º;
- c. a Pró-Reitoria Acadêmica providencie a aquisição da bibliografia (básica e complementar) necessária ao curso, tão logo a Coordenadora do mesmo entregue a listagem completa da bibliografia de todos os períodos letivos;
- d. a Coordenação do curso reveja a questão das disciplinas oferecidas na modalidade EAD, uma vez que elas compõem o núcleo de conhecimentos definidos pela UCP como a base de formação humanista e cristã de seus egressos: não apenas a técnica e a tecnologia como fundamentos da formação do egresso da UCP, mas a formação humanista e cristã de profissionais altamente competentes, capazes e cientes de sua responsabilidade cristã perante a sociedade;
- e. a Administração Superior providencie a aquisição de obras já registradas na bibliografia das disciplinas do curso, tendo em vista que cerca de 25% das listadas, do 1º ao 5º períodos, não foram encontradas no acervo;
- f. a Administração da Universidade aumente o quantitativo de professores TP para este curso, sem aumento de número semanal de aulas, de modo a que possam ser atendidas as determinações contidas na regulamentação federal relativa aos Núcleos Docentes Estruturantes, assim como seja possível também o desenvolvimento de pesquisas, em cumprimento ao PDI da Universidade;
- g. a Coordenadora e os membros do corpo docente do curso, devem tomar conhecimento das disciplinas que são oferecidas na modalidade EAD e que compõem o currículo de Biomedicina, de modo a poder inserir seus conceitos básicos no específico do curso, através de abordagens inter e transdisciplinares;

	<p>quanto as de natureza econômica, à exceção de uma demanda econômica; e (c) as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão implantadas no curso, com as adequações necessárias à formação do Biomédico, são perfeitamente adequadas e não ferem ao estabelecido no PPI, ao contrário, o especificam e concretizam, excluindo-se desta conclusão, obviamente, a política de pesquisa não praticada pelo curso.</p> <p>Analisando as informações da Coordenadora do curso e comparando-as com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de Biomedicina e com os princípios e o perfil geral dos formados pela UCP, pareceu-nos desnecessária qualquer análise complementar, tendo em vista que os princípios institucionais estão preservados e seguidos no PPC de Biomedicina, assim como o perfil profissional e os objetivos determinados na Resolução CNE/CES 2, de 18/fevereiro/2003 – a legislação regulamentadora do curso: as DCNs de Biomedicina.</p> <p>Por outro lado, pareceu-nos prudente não deixar de tecer alguns comentários sobre a questão. O perfil profissional estabelecido para o curso é exatamente o que é determinado na Resolução que estabelece as DCNs para o curso. Já em relação aos objetivos, o planejamento do curso fez uma junção dos objetivos previstos no art. 4º e das habilidades e competências profissionais previstas no art. 5º, ambos da mesma Resolução. Tais artigos detalham de tal maneira que chegam a minúcias de atos e atividades a serem realizadas pelos profissionais de Biomedicina. No PPC do curso os objetivos são registrados de forma bastante sintética que, todavia, não distorcem o previsto no instrumento legal, ao contrário, a “compactação” atende ao legalmente determinado e, acadêmica e pedagogicamente, é perfeita, pois que abarca os grandes princípios do artigo 4º e o detalhamento de atividades do art. 5º acima referidos.</p> <p>O curso é estruturado em conformidade com as determinações contidas na Resolução CNE/CES 2, de 18/2/2003, com um elenco de disciplinas que cobre os quatro núcleos de conteúdo estabelecidos – Ciências Exatas, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Humanas e Sociais e Ciências da Biomedicina – com 71% de disciplinas obrigatórias e 3% de disciplinas eletivas, além do Estágio Supervisionado e do Trabalho de Conclusão de Curso, com 20% e 2% de carga horária, respectivamente. A estrutura do curso atende, também, as determinações legais relativas ao Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, às Políticas de Educação Ambiental e à Disciplina Libras.</p>	<p>h. a Diretora do CCS deve orientar as Coordenadoras dos cursos de Biomedicina e de Psicologia no sentido de ser desenvolvido um trabalho de apoio psicopedagógico, através de ações do PAPE, aos alunos de Biomedicina;</p> <p>i. a Coordenadora do curso deve orientar os corpos docente e discente no sentido de utilização, em todas as suas possibilidades, das plataformas de uso acadêmico, que, parece, pelo relatada, estão sendo subutilizadas tanto por professores, quanto por alunos.</p>
--	--	--

	<p>A estrutura curricular mantém equilíbrio de disciplinas teóricas e práticas. São 58,33% de disciplinas teóricas e 41,67% de disciplinas teórico-práticas.</p> <p>Em relação aos mecanismos de familiarização com a modalidade EAD a posição e a ação retratam uma postura que a CPA já constatou quando da avaliação de outros curso da Universidade: as disciplinas ofertadas na modalidade EAD parecem “não fazer” parte do currículo curso, da formação do profissional formado por esta Instituição, vez que são tratadas como “disciplinas à parte”. A Coordenadora informa que as disciplinas ofertadas pela modalidade EAD <i>não são específicas do Curso</i> (grifo nosso). Na verdade, <u>são específicas do curso</u> porque compõem o núcleo de conhecimentos definidos pela Instituição como a base da formação de seus egressos:</p> <p>Em relação a alguns aspectos, não há o que analisar, a não ser registrar que os seguintes procedimentos seguem as normas institucionais: avaliação do processo ensino-aprendizagem, estágio curricular supervisionado, atividades complementares e TCCs.</p> <p>Já em relação ao item apoio ao discente, não pode deixar de ser registrada a estranheza devida à inexistência de apoio psicopedagógico aos alunos, por que o curso de Psicologia, integrante do mesmo CA a que pertence o curso de Biomedicina, presta este serviço a outros cursos da Instituição. Consideramos que a Coordenadora do curso em análise deveria realizar um trabalho de integração de ações com a Coordenadora do curso de Psicologia, de modo a ser oferecido maior apoio psicopedagógico aos alunos.</p> <p>Lembramos, aqui, que a UCP possui um sistema de informática que disponibiliza tanto a professores quanto a alunos, além da comunicação, o desenvolvimento de trabalhos. As plataformas para uso acadêmico – <i>Virtual Professor</i> e <i>Virtual Aluno</i> – permitem não só a comunicação direta entre professores e alunos, mas todo o planejamento e controle do trabalho docente e acesso a dados dos alunos, além da postagem de trabalhos, dentre outros recursos, bem como permite ao aluno acompanhar sua vida acadêmica na Universidade. Como tais recursos não foram elencados pela Coordenadora do curso de Biomedicina, parece-nos que a utilização da plataformas de uso acadêmico não estão sendo usadas pelos professores ou, se utilizadas, estão sendo subutilizadas, talvez por desconhecimento de todas as possibilidades que elas oferecem.</p> <p>Para as disciplinas que são oferecidas na modalidade</p>	
--	--	--

EAD, bem como para o desenvolvimento de várias atividades complementares, o NEAD (Núcleo de Educação à Distância) utiliza a plataforma *Moodle*.

Reafirmando o registrado no item 1.7, voltamos a esclarecer que não ocorreram decisões e ações provocadas por quaisquer processos avaliativos, pois que esta é a primeira avaliação pela qual o curso de Biomedicina passa.

A constituição do NDE (item 2.1, acima) atende a quase todos os requisitos estabelecidos na Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, como os incisos I e II do artº 3º: é formada por 5 (cinco) docentes e 100% de seus integrantes são formados em nível de *stricto sensu*, tendo autonomia de atuação. Todavia, o inciso III, do mesmo artigo, não é atendido plenamente: pelo menos 20% dos integrantes (um professor) tem regime de trabalho de TI – tempo integral, os demais, porém são professores em regime de trabalho horista. A impossibilidade de os demais membros do NDE atenderem plenamente a todos os incisos do artigo 3º da Resolução CONAES 01/2010 é devida ao fato de que os demais professores do curso que são TP integram departamentos de outros cursos e ao fato de grande parte dos docentes ser da categoria horista.

A grande dúvida: não instituir o NDE pela falta de professores na categoria funcional estabelecida na Resolução ou instituir o NDE com professores que realmente lecionam no curso, são competentes, mas não atendem a todos os requisitos determinados? A Coordenação do curso e a Direção do CCS optaram pela segunda opção, decisão que, segundo a análise da CPA, foi a correta.

O colegiado do curso, no caso, do Centro de Ciências da Saúde, é regulamentado pela Instituição e pelo CCS, funcionando em conformidade com as normas institucionalmente estabelecidas.

A Coordenadora do curso (item 2.2, acima), além da formação e experiência acadêmica e profissional, vem atuando de forma competente, compromissada e ética na condução das ações próprias de sua função. É biomédica, ainda com experiência de poucos anos na docência e apenas três anos e meio de gestão acadêmica. Sua atuação, todavia, vem sendo efetiva e fundamental tanto para a organização quanto para o desenvolvimento do curso, parte por sua competência, parte por seu comprometimento e empenho. É profissional que acompanha tanto o trabalho de professores, quanto o desempenho e grau de dificuldade/satisfação dos alunos. O diálogo com os grupos

	<p>docente/discente é permanente e frequente, o que permite maior controle sobre todo o processo, pronta a intervir para correção de rotas, se necessário.</p> <p>O corpo docente (item 2.3, acima), constituído por 18 (dezoito) professores, tem 94,45% deles com formação em nível de <i>stricto sensu</i>, ou seja, apenas um dos docentes tem formação até o nível de especialização. Os demais são mestres e doutores. Ainda assim, o curso, neste indicador, não consegue atingir plenamente os níveis superiores determinados pelo MEC/INEP/DAES/SINAES, porque na titulação do corpo docente o percentual de titulados em nível de <i>stricto sensu</i> supera os limites mínimos estabelecidos para o conceito máximo, porém no percentual de doutores não atinge o limite mínimo (35%) determinado pelo MEC.</p> <p>O corpo docente, de acordo com o que foi possível levantar, tem produção científica, cultural e tecnológica – mesmo não havendo programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> no CCS para Biomedicina – que, todavia, não atinge os limites máximos estabelecidos nos critérios de avaliação do MEC/INEP/DAES/SINAES em função, é nossa análise, de os professores TP terem sua carga-horária semanal tomada pelas aulas na graduação.</p> <p>Parece-nos, pelos dados e informações que integram o item 1.1 deste relatório, que deve ser analisada pela Pró-Reitoria Acadêmica a composição de horários (carga-horária de aulas e de atividades) do corpo docente, de modo a prover condições para que o curso de Biomedicina possa atender à <u>demanda social desenvolvimento biotecnológico e inovação</u>, prevista em seu PPC, e à <u>política institucional de pesquisa</u> definida no PDI da Universidade. Questão que merece destaque é a forma como a Coordenadora definiu e organizou os objetivos do curso, abrangendo, em poucos objetivos gerais, os grandes princípios previstos no art. 4º e o detalhamento de todas as atividades do Biomédico listadas no art. 5º, ambos da Resolução CNE/CES 2, de 18 de fevereiro de 2003.</p>	
<p>11. Avaliação do Curso de Bacharelado em Filosofia</p>	<p>Consideramos que o número de vagas permite atendimento ao aluno com qualidade acadêmica, condição essencial a qualquer nível de ensino, mas fundamentalmente ao ensino superior, pela sua responsabilidade na formação de quadros para o desenvolvimento do país e, no caso do curso de Bacharelado em Filosofia, a formação de sujeitos capazes de atuarem na sociedade, sabendo examinar e julgar as diversas situações, com base em conhecimentos sólidos e consistentes</p>	<p><u>recomendamos</u> que:</p> <ol style="list-style-type: none"> Coordenador do curso oriente seus professores e alunos a utilizarem as plataformas de uso acadêmico – Virtual Professor e Professor Aluno; Coordenador do curso acompanhe o desenvolvimento das disciplinas oferecidas na modalidade EAD, uma vez que tais componentes curriculares são obrigatórios do curso de Filosofia-Bacharelado, de modo a não só ter visão plena do

	<p>estruturados, sem perder de vista sua responsabilidade perante a sociedade.</p> <p>Em assim sendo, consideramos também que o curso de Bacharelado em Filosofia cumpre sua função social de formação cidadãos cultos, conscientes e cristãos, tão necessários e importantes não só para a comunidade local, como para a região em que a UCP está inserida e também para o país, permitindo ao corpo discente mais característico da UCP – o aluno trabalhador – as condições de progressão na escala social, através do trabalho em cargos e funções próprios a profissionais de nível superior e em decorrência exatamente das linhas de política institucional definidas pela Universidade e seguidas pelo curso, que proporcionam aos alunos ensino interdisciplinar e flexibilidade curricular, ampliando o campo de conhecimento do estudante ao mesmo tempo em que atende a necessidades específicas de seu viver.</p> <p>No entanto, é preciso refletir-se, aqui, sobre a não implantação plena, no desenvolvimento do PPC, de políticas institucionais relativas à <u>pesquisa</u>. As informações do Coordenador dão conta de que há necessidade de ser atendida tal demanda, prevista como política institucional no PDI 2011-2015. Assim também o consideramos.</p> <p>Consideramos, portanto, que (a) o número de vagas previsto para o curso atende à dimensão do corpo docente (9 professores, excluídos os docentes responsáveis pelas disciplinas EAD) e às condições infraestruturais da UCP, levando-se em conta, aqui, que a matrícula é bem inferior ao máximo estabelecido, o que deve garantir excelência no ensino; (b) o curso funciona atendendo as reais demandas sociais efetivas, tanto as de natureza social, quanto as de natureza econômica, à exceção de uma demanda econômica, destacando-se porém a oferta de bolsas de estudo pela Instituição, de modo a favorecer o estudo de alunos que apresentam a vontade de estudar e a precariedade de renda familiar; e (c) as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão implantadas no curso são perfeitamente adequadas e não ferem ao estabelecido no PPI, ao contrário, o especificam e concretizam, excluindo-se desta conclusão, obviamente, a política de pesquisa que está a depender de maior aporte de recursos para ser plenamente implantada.</p> <p>Analisando as informações d Coordenador do curso e comparando-as com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de Filosofia - Bacharelado e com os princípios e o perfil geral dos formados pela UCP, pareceu-nos desnecessária</p>	<p>curso como, também, poder contribuir para eventuais ajustes que tais disciplinas necessitem, facilitando a integração de todas as disciplinas do curso – presenciais e à distância – e possibilitando, assim, plena unidade no desenvolvimento do currículo e dos alunos;</p> <p>c) a Direção do CTH cumpra as determinações contidas na Resolução CONAES nº 01, de 17/5/2010, constituindo um NDE para cada curso do Centro Acadêmico.</p>
--	---	--

	<p>qualquer análise complementar, tendo em vista que os princípios institucionais estão preservados e seguidos no PPC do curso de Bacharelado em Filosofia, assim como o perfil profissional e os objetivos estabelecidos nos Pareceres CNE/CES 492, de 3/março/2001 e CNE/CES 1363, de 12/12/2001 e Resolução CNE/CES nº 12, de 13março/2002 – legislação regulamentadora do curso: as DCNs de Filosofia.</p> <p>Todavia, é preciso deixar aqui registrado que, no PPC do curso, fica muito claro, definido e explicado, quando ele trata das habilidades e competência do egresso, o compromisso do curso de Filosofia em, além de atender à legislação, cumprir a Missão da Instituição, sua responsabilidade social em formar o profissional competente e o homem cristão:</p> <p>O curso é estruturado em conformidade com as determinações contidas na legislação que regulamenta o curso de Filosofia, que são os Pareceres CNE/CES 492/2001 e CNE/CES 1363/2001 e Resolução CNE/CES nº 12/2002, e com as diretrizes filosóficas institucionais. É um curso estritamente teórico, voltado à pesquisa. E assim está estruturado, não havendo qualquer incongruência, seja em sua matriz curricular, seja em seu PPC.</p> <p>Em relação aos mecanismos de familiarização com a modalidade EAD a posição e a ação retratam uma postura que a CPA já constatou quando da avaliação de outros cursos da Universidade: as disciplinas ofertadas na modalidade EAD parecem “não fazer” parte do currículo curso, da formação do profissional formado por esta Instituição, vez que são tratadas como “disciplinas à parte”. Em todas as disciplinas oferecidas na modalidade EAD pelo curso de filosofia, privilegiam-se os fóruns para a interação entre docentes e estudantes. <i>Em todas as disciplinas oferecidas na modalidade EAD pelo curso de filosofia, privilegiam-se os fóruns para a interação entre docentes e estudantes.</i> Concordamos com ambas afirmativas, porém apenas quando se trata da relação ao “aluno da disciplina EAD x professor da disciplina EAD”. E em relação aos demais professores das outras disciplinas do curso de Filosofia? Nenhuma citação. Nenhuma informação. Porque, acreditamos, é a mesma postura presente nos demais cursos: “não faz parte” do curso. Na verdade, tais disciplinas <u>fazem parte do currículo do curso</u> porque compõem o núcleo de conhecimentos definidos pela Instituição como a base da formação de seus egressos.</p> <p>os seguintes procedimentos seguem as normas institucionais: avaliação do processo ensino-aprendizagem, atividades complementares e TCCs.</p>	
--	---	--

	<p>Em relação ao apoio ao discente, nossa avaliação é que a Coordenação do curso, com as medidas que adota, está atendendo às dificuldades mais comuns que os discentes de graduação apresentam, não havendo, portanto, razões para considerarmos que os alunos de Filosofia não são apoiados em suas necessidades acadêmicas, incluindo-se, aqui, as de ordem psicopedagógica.</p> <p>O curso de Filosofia – Bacharelado faz uso de tecnologias que atendem ao seu projeto pedagógico, mas, lembramos, a UCP possui um sistema de informática que disponibiliza tanto a professores quanto a alunos, além da comunicação, o desenvolvimento de trabalhos: as plataformas para uso acadêmico – <i>Virtual Professor</i> e <i>Virtual Aluno</i> – que permitem não só a comunicação direta entre professores e alunos, mas todo o planejamento e controle do trabalho docente e acesso a dados dos alunos, além da postagem de trabalhos, dentre outros recursos, bem como permite ao aluno acompanhar sua vida acadêmica na Universidade. Como tais recursos não foram elencados pelo Coordenador do curso de Bacharelado em Filosofia, parece-nos que a utilização das plataformas de uso acadêmico não estão sendo usadas pelos professores ou, se utilizadas, estão sendo subutilizadas, talvez por desconhecimento de todas as possibilidades que elas oferecem. Também não há referência, nas informações do Coordenador, sobre a plataforma <i>Moodle</i>, que é utilizada pelo Núcleo de Educação à Distância (NEAD), não só para as disciplinas na modalidade EAD, mas também no desenvolvimento de várias atividades complementares.</p> <p>A constituição do NDE não atende aos requisitos estabelecidos na Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, uma vez que não é específica do curso.</p> <p>O colegiado do curso (CONAC), no caso, do Centro de Teologia e Humanidades, é regulamentado pela Instituição, funcionando em conformidade com as normas institucionalmente estabelecidas.</p> <p>O Coordenador do curso, que também é o Diretor do CTH, além da formação e experiência acadêmica e profissional, vem atuando de forma competente, compromissada e ética na condução das ações próprias de sua função. Tem mais de vinte anos de experiência na docência do ensino superior e quatorze anos de gestão acadêmica. Sua atuação é efetiva e fundamental tanto para a organização quanto para o desenvolvimento do curso, parte por sua competência, parte por</p>	
--	---	--

seu comprometimento e empenho. É profissional que acompanha tanto o trabalho de professores, quanto o desempenho e grau de dificuldade/satisfação dos alunos. O diálogo com os grupos docente/discente é permanente e frequente, o que permite maior controle sobre todo o processo, pronto a intervir para correção de rotas, se necessário.

O corpo docente, constituído por 12 (doze) professores, 100,0% com formação em nível de *stricto sensu* – pós-doutor, doutores e mestres. O curso, neste indicador, atinge, ou melhor, ultrapassa os níveis superiores determinados pelo MEC/INEP/DAES/SINAES, porque na titulação do corpo docente o percentual de titulados em nível de *stricto sensu* supera os limites mínimos estabelecidos para o conceito máximo e o também supera o limite mínimo de doutores (35%) determinado pelo MEC, vez que somando-se doutores e pós-doutor, tem-se 50,0% do quadro docente do curso.

O corpo docente, de acordo com o que foi possível levantar, tem produção científica, cultural e tecnológica – mesmo não havendo programa de pós-graduação *stricto sensu* no curso de Filosofia – Bacharelado – embora alguns docentes do curso de Filosofia sejam professores nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* do CTH (Educação) e do Centro de Ciências Jurídicas (Direito). Os professores com o maior volume de produção acadêmica (superando os mínimos estabelecidos nos últimos três anos pelo MEC/INEP/DAES/SINAES), são os professores Carlos Frederico Gurgel Calvet da Silveira, Sérgio de Souza Salles, Maria Celi Chaves Vasconcelos, Denise Mercedes Nunes Lopes Salles, Guilherme Domingues da Motta.

Acreditamos que se os professores do curso de Filosofia tivessem maior disponibilidade em sua carga-horária semanal, ou seja, se tivessem menor quantidade de carga horária de aulas na graduação, a produção seria maior, pois que poderiam dedicar parte de sua carga-horária na Instituição à produção acadêmica.

IV – RESULTADOS E CONCLUSÃO

Como já registrado no relatório geral anterior, a CPA-UCP trabalha com base no plano de ação que elabora para cada ano. Todavia, nem sempre pode cumpri-lo integralmente ou, por outras vezes, necessita incorporar procedimentos avaliativos não previstos no início do ano. Foi o que, novamente, ocorreu no ano de 2013, com a repetição de algumas situações: Ainda não foi possível realizar avaliação de disciplinas a cada semestre letivo. Como vem ocorrendo, conseguimos realizá-la uma vez a cada ano, por circunstâncias, via-de-regra, relacionadas ao sistema de informática, que, segundo nos foi informado, estaria apto a nos atender plenamente a partir do ano de 2.013. O que não ocorreu.

No período deste ciclo avaliativo, no ano de referência deste relatório geral (2.013), houve mudança dos integrantes da Reitoria e alguns cursos passaram por avaliação de reconhecimento, situações que determinaram algumas alterações na rota inicialmente traçada. Todavia, o princípio básico de avaliar, acompanhando as ações acadêmicas e administrativas da Instituição, foram levadas a termo.

A nova Reitoria priorizou o equilíbrio econômico-financeiro da instituição, o que conseguiu, a conclusão de obras de acessibilidade, melhoria em prédios, ampliação / modernização / instalação de novos laboratórios.

Academicamente, os cursos que passaram por avaliação de reconhecimento foram muito bem avaliados. A CPA os avaliou previamente, com base no instrumento lançado pelo MEC/Inep em 2012.

Mais uma vez, consideramos necessário deixar registrado que a Universidade Católica de Petrópolis sempre respeitou a autonomia da CPA e sempre considerou suas colocações pertinentes, adequadas. Incluímos nessa observação final a atual Reitoria da Instituição.

É o que nos competia relatar.

Petrópolis, 12 de março de 2014.

Profa. Ma. Rosane de Oliveira Barbosa

Presidente da CPA-UCP